

Interseccionalizando em educação: lutas sociais e direito à diferença

Catarina Dallapicula¹
Marco Antonio Torres²
Megg Rayara Gomes de Oliveira³
Pablo Cardozo Rocon⁴

Resumo: Este texto parte da memória de duas organizadoras deste dossiê para pensar como abordagens interseccionais têm marcado os ativismos LGBTI, especialmente de travestis, mulheres e homens trans, e pessoas transmasculinas. A partir dessa reflexão propomos demonstrar que a academia tem aprendido com esses movimentos estratégias de desestratificação dos saberes, algo possível notar nas práticas de pesquisa e produções de saberes dos textos que compõem o presente dossiê. Neste se analisam os campos da formação inicial e continuada de trabalhadoras e trabalhadores e diversos espaços educacionais.

23

Palavras-chave: Interseccionalidade. Educação. Diferença.

Uma cena que provoca

De 28 de fevereiro a 02 de março de 2018 aconteceu no campus da universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis o “IV SEMINÁRIO PAREMOS A TRANSFOBIA” o evento tem em sua história a marca de congregar academia e movimentos sociais para

¹ Mestra em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. catarina.dallapicula@uemg.br

² Doutor em Psicologia (UFMG). Professor Associado (Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP) Email: torresgerais@gmail.com

³ Doutora em Educação. Professora adjunta e professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná – Linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Email: meggrayaragomes@gmail.com.

⁴ Doutor em Educação. Professor adjunto do Instituto de Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. institucional. Email: pablocardoz@gmail.com

pensar o enfrentamento às violências transfóbicas que geram sofrimento, adoecimento e morte das populações afetadas no país. A organização, do grupo do professor Wiliam Siqueira Peres, sempre contou com parcerias nos movimentos de travestis, mulheres e homens trans e pessoas transmasculinas, assim como outras pessoas LGBs que compunham tanto o grupo de pesquisa de Wiliam, quanto as comissões organizadoras.

Naquele evento aconteceu no dia primeiro de março uma mesa sobre relatos de projetos e vidas trans que importam, da qual Catarina Dallapicula e Megg Rayara Gomes de Oliveira faziam parte com Alexandre Peixe e Danielle Barreto. No dia dois de março, à tarde, aconteceu a defesa de doutorado de Adriana Sales, cuja banca Megg Rayara Gomes de Oliveira integrou como membra externa. Dessa forma, todas estávamos em Assis, trocando experiências e pensando articulações enquanto, no Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros decidiam se pessoas trans e travestis, enquanto cidadãs e cidadãos, têm direito de decidir como desejam ser chamadas e chamados sem ter que passar por cirurgias ou processos judiciais para isso.

Ao final do dia, depois de saber da decisão do STF em favor da população travesti e transexual, nos reunimos no hotel em que estavam hospedadas boa parte das travestis que tinham ido a Assis para o evento. Compramos bebidas e aperitivos para sentar no estacionamento, beber, bater papo, fumar e celebrar. No auge da comemoração, Keila teve uma epifania: “vamos queimar os laudos”. Foi um ato simbólico, cujo vídeo circula pela internet e até hoje é utilizado como marco do sentimento que circulava entre quem estava de alguma forma envolvida e envolvido com as demandas sociais da população travesti e transexual brasileira naquele momento (COACCI, 2020). Era uma grande conquista (apesar de ressalvas que já tínhamos e que levantamos posteriormente).

No vídeo é possível ver Keila e Megg queimando papéis (simbolizando os laudos).

*O aquézinho que você ganhava dando seus laudos, não pode mais! Eles agora vão virar fogueira! Os ludos têm que ser queimados! [...] Toca fogo no laudo, você psicólogo radical que diz que ajuda as pessoas e não ajuda! Decisão da suprema corte, não tem mais laudo! (palmas, gritos enquanto arde em chama os laudos). [...] Exorciza quem quer curar o que não é doença! (Keila SIMPSOM, 2018)
A partir e agora vão ser os psicólogos que precisarão se tratar da disforia de laudo! (Bruna BENEVIDES, 2018).*

Ao lado direito de Keila Simpson, Bruna Benevides rasgando os “laudos” e a sua esquerda Symmy Larrat ascendendo com um isqueiro os papéis nas mãos de Megg, que os juntou sobre uma bandeja na mesa de jardim na cena de “queima dos laudos”. Atrás delas, Catarina Dallapicula assistia e, em seguida, chega Wiliam Peres com a bandeira do orgulho trans.

Essa cena de um minuto e três segundos, entre tantas leituras possíveis, pode ser retomada como uma alegoria do que têm sido as lutas e conquistas dos movimentos LGBTIs brasileiros e de como academia e ativismos podem e devem atuar para superar dicotomias estratificantes de saberes. Segundo Thiago Coacci, “a comemoração revela também que a decisão marca uma reconfiguração da forma como gênero, ciência, direito e Estado se entrelaçaram até aquele momento” (COACCI, 2020, p.1190).

As falas dos ministros do STF ficaram marcadas por produções de pesquisadores e pesquisadoras como Flávia do Bonsucesso Teixeira (que estava no evento e cujas citações nos votos dos ministros também comemoramos naquele dia), mas também pelas vivências de pessoas trans e travestis que, desde antes da proposta da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 em 2009, vinham elaborando e apresentando suas demandas à sociedade. As produções acadêmicas citadas naquele dia tinham conteúdo que representava as mudanças de posicionamento das pessoas travestis e transexuais sobre essas demandas ao longo dos dez anos anteriores, graças às práticas de produção com travestis e transexuais, em vez de sobre elas e eles. Assim, passamos da descrição das vidas não enlutáveis (Judith BUTLER, 2015) para a defesa de vidas vivíveis.

Nas palavras de Sofia Favero (2020), resultado de muitas *travecagens*, da fúria travesti com seu anúncio de possibilidades de ser e estar no mundo a partir da diferença, os discursos que levaram a esta decisão foram produzidos e difundidos “[...] como mísseis teleguiados ou soltos no ar na expectativa de que cheguem aos ouvidos de quem precisa ser atingido” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020a, p. 107).

Assim como na cena da queima dos laudos, as próprias travestis vinham protagonizando a história de luta LGBTI no país nos movimentos sociais e na academia. Não por acaso, naquele momento, tínhamos na presidência da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) a professora Luma Nogueira, na presidência da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

(ABGLT) a ativista Symmy Larrat e na presidência da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) a ativista Keila Simpson, compondo um triunvirato do que ativistas têm nomeado como traviarcado ao mencionar com bom-humor e celebração o acesso de travestis, mulheres e homens trans e pessoas transmasculinas a posições sociais antes negadas. As presenças de uma mulher cis bissexual apoiando o ato e um homem cis gay comemorando no vídeo citado são uma alegoria que pode nos fazer pensar sobre alianças possíveis nos movimentos e na academia, mesmo em pautas que não nos afetem diretamente.

Interseccionalidade em práticas e movimentos do pensamento

As travestis, mulheres trans, homens trans e pessoas transmasculinas que comemoravam naquele momento incluíam e continuam incluindo as demais identidades dos movimentos LGBTIs, tanto no ato da comemoração, quanto em suas lutas e produções cotidianas. Além disso, têm considerado as relações entre o racismo, a criminalização da pobreza, a luta de classes, a violência de gênero, o capacitismo e outras formas de violência em seus cruzamentos e encontros com as pautas LGBTIs. A interseccionalidade já era vivida nesses movimentos liderados por tantas e tantos ativistas antes de ser nomeada e ganhar espaço em meios acadêmicos.

26

O conceito de interseccionalidade só ganha forma e um nome no “trabalho de investigação da jurista feminista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw” (Fernando POCAHY, 2011, p. 19) em 1989, apesar de presente nas discussões propostas pelas feministas negras ainda no final do século XIX nos EUA e ao longo do século XX. Esse trabalho foi publicado no Brasil em 2002 e nele Crenshaw explica que:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

De acordo com Pocahy (2011) a produtividade desse conceito reside justamente no fato de possibilitar que formas variadas de dominação e posições de desigualdades sejam acionadas em trabalhos que discutam gênero, raça, classe social, geração, dentre

outros marcadores sociais. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, (2021, p. 19), afirmam que “[...] a Interseccionalidade tem sido usada para identificar problemas sociais, e como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo”. Segundo as autoras, por vezes no Sul Global tal ferramenta tem sido utilizada sem ser denominada como tal.

O conceito de interseccionalidade só ganha forma e um nome no “trabalho de investigação da jurista feminista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw” (Fernando POCAHY, 2011, p. 19) em 1989, apesar de presente nas discussões propostas pelas feministas negras ainda no final do século XIX nos EUA e ao longo do século XX. Esse trabalho foi publicado no Brasil em 2002 e nele Crenshaw explica que:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Kimberlé W. CRENSHAW, 2002, p. 177).

Segundo Oliveira (2020b, p. 88), “Não apenas questões distintas se somam em um estudo interseccional”. A autora aponta que uma mesma categoria, como a raça, tende a apresentar inúmeras questões, plurais e múltiplas, que não podem deixar de ser destacadas. Ao falar do sexismo e do racismo, a autora ainda pontua que:

[...] são categorias plurais e assim devem ser tratadas, o que faz da interseccionalidade uma ferramenta fundamental nesse processo, já que um estudo pode apresentar falhas quando desconsidera os múltiplos fatores que envolvem o objeto investigado, em especial nos estudos de gênero e relações étnico-raciais. (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020b, p. 107)

Neste dossiê, a educação é pensada desde a institucionalizada até a vivida nos contextos cotidianos de socialização, ou mesmo de formação profissional (na segurança pública, na saúde, no trabalho sexual, nas artes, nas licenciaturas, etc.). Para uma educação democrática e participativa é urgente o debate do direito à diferença nas infâncias vividas e em qualquer idade e classe social.

Firmamos esta afirmação no momento em que a investida reacionária ganha a gestão do estado e, em muitos casos, quer as crianças reféns do preconceito de suas famílias. Defendemos o direito das infâncias à segurança física e psicológica, principalmente diante da realidade que as tornam alvos de tiranias, como aquelas que se orientam pela cisheteronormatização das infâncias.

Nessa direção, o dossiê que lhe apresentamos como convite à leitura, é composto por 11 (onze) artigos, produzidos por mulheres e homens, travestis e transexuais, gays, lésbicas e bissexuais, negros(as) e brancos(as), trabalhadores e trabalhadoras, analisando, problematizando e confabulando mundos possíveis para as políticas educacionais e cotidianos escolares, tomando como norte os saberes interseccionais, a defesa de uma democracia radical que compreenda o direito a diferença.

O artigo “Era vez nenhuma!” ou os descabidos contos de fadas de uma professora sem modos e uma criança desbocada” enriquece as possibilidades de pensar as infâncias e suas representações ao abordar as narrativas de uma docente que não se encaixa nos *scripts* da educação infantil, deslocando os modos de fazer de pedagoga e diretora e abrindo novos possíveis para as crianças.

As provocações desse texto são complementadas pelo artigo “A Base Nacional Comum Curricular como norma regulatória das infâncias” que aborda como a cis heteronormatividade racista cria discursos que pretendem a normalização de condutas e os impõe via BNCC. As autoras e os autores trazem contribuições de autoras e autores pós-estruturalistas e decoloniais para abordar os recortes de gênero e raça respectivamente, pensando o desenvolvimento infantil em uma sociedade cuja normatividade não se dá apenas nas escolas.

28

Os efeitos da normatividade também são abordados no artigo “Uma escola de cidade pequena e do interior: potencialidades, práticas discursivas e não discursivas (re)construindo masculinidades”. O texto analisa como se (re)constroem as masculinidades e saberes sobre “ser homem” de uma escola de cidade pequena e do interior em diálogo com as redes de cis-heteronormatividade. Destaca possibilidades de vida e narrativas outras que emergem no cotidiano da instituição estudada.

Também em diálogo com os parâmetros curriculares nacionais e problematizando as investidas conservadoras nos campos educacionais, o artigo “Educar pela diversidade: caminhos e desafios para uma educação emancipadora” traz a questão curricular e sua produção potencializadora de muitas realidades sociais, ligadas a identidades de gênero, sexualidades e raciais que, em geral, são subalternizadas na realidade escolar.

Abordando experiências identitárias de pessoas transmasculinas que se identificam como não brancas, o artigo “Transmasculinidades interseccionalizadas: reflexões teóricas a partir da prática da pesquisa com homens transgêneros” indica sua propensão a violências transfóbicas também marcada pela localidade e classe. Sua análise também traz a discussão de uma transmasculinidade doce e como marcadores geracionais incidem sobre a apropriação da experiência identitária.

Já o ensaio “Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções.” aborda processos de hostilização e invisibilização das Transmasculinidades em ambientes educacionais e nas pesquisas e relatórios que têm sido produzidos sobre esses espaços. Traz para o debate a proposição de algumas estratégias sociais e educacionais para que os processos de exclusão abordados ao longo do texto possam ser minimizados em ambientes educacionais.

O artigo “A terceira margem do rio: os direitos humanos das pessoas trans” aborda o conceito de direitos humanos a partir da interculturalidade. Problematizando a noção de alteridade, aborda a precarização da vida de travestis e transexuais pela transfobia em uma tentativa de produzir conhecimento que amplie a compreensão de direitos humanos de travestis e transexuais.

29

Trazendo a interseccionalidade para uma discussão racial, o artigo “Processos de subjetivação e racialização: reflexões acerca do cotidiano escolar” aborda o estágio de iniciação à docência no âmbito do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sua discussão reflete sobre a necessidade de pensar o cotidiano escolar como espaço de existências e saberes negligenciados pelo modelo de educação ocidental.

O artigo “Narrar e resignificar - quando não há como desassociar as questões de gênero/sexualidade de raça” traz para o debate o campo da formação continuada de docentes, em diálogo com narrativas audiovisuais. Essa escrita aposta na busca de serem instituídas relações combatentes aos processos de violência e exclusões motivados por diferenças nos cotidianos das escolas.

Problematizando as práticas de inclusão que põem em tensão o uso e o abandono das identidades, o artigo “*Peace or violence*: a ambiguidade dos discursos educacionais de acolhida e proteção pela confissão identitária” parte da análise dos discursos em duas

notícias. Ao descrever ações de gestores em uma escola e uma universidade pública, discute como as práticas de confissão identitária podem ser usadas para cercear ou ampliar possibilidades de vida em ambientes educacionais.

Encerrando o dossiê, o artigo “Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento” utiliza a interseccionalidade como matriz metodológica. Ao demonstrar como as artes e literaturas viabilizam a formação de sensibilidade e senso crítico em espaços que não são tradicionalmente vistos como produtores de conhecimento, propõem possibilidades de pensar as diferenças enquanto potencializadoras dos corpos. Suas reflexões indicam que a exclusão gera apagamento e precarização social. Propõem que a diferença poder deixar de ser marcador de exclusão ao ser pensada como potencializadoras dos corpos e, a partir deles, de transformações nos modos de fazer educação.

Por fim, um convite

30

Esta produção se lança como um convite à criação de estratégias coletivas para atear fogo nos racismos, machismos, transfobias, travestifobias, bifobias, lesbofobias e homofobias que se entrecruzam com demais violências excludentes nos ambientes educacionais e cotidianos de nossas vidas.

Pensar outras vidas possíveis passa tanto pelos documentos oficiais e legislações, quanto pelas artes, literaturas e experiências de corpos hegemonicamente excluídos pela cis-heteronorma regida pela branquitude. Desnaturalizar narrativas hegemônicas que produzem exclusão, como as de contos de fadas, e ressignificar as diferenças como potencializadoras das relações nos ambientes educacionais e demais espaços de conhecimento são estratégias de ampliação do direito à cidadania e a vidas vivíveis.

O presente dossiê agregou trabalhos de matrizes teóricas que aproximam academia e demandas há muito apontadas pelos movimentos sociais para a produção de reconhecimento dessas vidas. Trazemos um conjunto de textos que contribuem para pensar como os corpos que fogem à cis-heteronormatividade regida pela branquitude são

interpelados em diferentes contextos educacionais, promovendo ou impedindo o acesso à cidadania e a vidas plenas.

As emergências dissidentes que re-existem, trans-tornam e enegrecem as políticas e cotidianos escolares neste dossiê, atuam como “O Diabo em forma de gente que [...] coloca em debate as múltiplas possibilidades de (r)existências que questionam os dispositivos de poder que queriam destruí-lo” (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2020b, p. 177).

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COACCI, Thiago. A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na ADI 4275. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1188-1210, Apr. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662020000201188&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Maio 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v.10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FAVERO, Sofia. **Crianças Trans.** Salvador: Devires, 2020.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos estudos.** Dossiê Teoria Crítica. N. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em <http://scielo.br/scielophp?script=sci_artex&pid=S0101-33002012000200005>. Acesso em: 17 jan. 2016.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem à margem.** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador: Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** Salvador: Devires, 2020b.

POCAHY, Fernando Altair. Insterseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **Revista Texturas.** N. 23, p. 18-31, jan/jun, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Intersectionalizing education: social movements and the right to differ

Abstract: This text starts with an experience of two of this issue's organizers as an example of how intersectional approaches have been present within LGBTI activisms, most particularly, the ones led by transvestites, trans men and women and transmasculine people. From this argument, it shows the academia has learned strategies of knowledges de-stratification from these movements. It is noticeable on the research practices and knowledges productions on the texts included in this issue. They lead discussions on initial and continuous workers' training, as well as in other educational fields.

Keywords: Intersectionality. Education. Difference.

Recebido: 06/07/2021

Aceito: 08/07/2021

32